



O futuro da Acta Pediátrica Portuguesa deve ser debatido pela Pediatria portuguesa

Daniel Virella¹, Jorge Amil Dias¹, António Gomes²

1 - Editores Associados da Acta Pediátrica Portuguesa

2 - Coordenador de Edição da Acta Pediátrica Portuguesa

A Acta Pediátrica Portuguesa (APP) vive uma crise de identidade e de missão. Após cinco anos de mudança de imagem, estrutura e processo editorial para torná-la numa revista moderna e com a qualidade e o rigor científicos adequados ao órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP), é claro para todos que os principais objectivos fixados não foram atingidos e que dificilmente o serão, a curto e a médio prazo. Nomeadamente, o objectivo principal – a indexação – não foi atingido¹⁻³ sendo muito pouco provável que seja alcançado.

Faltam à Pediatria portuguesa e ao seu entorno massa humana com a dimensão crítica para manter uma revista científica de qualidade a funcionar nos moldes previstos para a APP^{4,5}. Não há no País afluxo de manuscritos de qualidade ou número de revisores que se equipare ao de revistas internacionais congéneres, nem disponibilidade de editores com a capacidade de garantir a publicação de uma revista científica bimestral com o rigor que se ambiciona.

A maioria dos manuscritos requer aprofundado contributo dos revisores, quer editoriais quer dos especialistas de cada área. Por norma, é necessário um processo editorial de sobremaneira prolongado, para desespero de editores, revisores e, principalmente, autores^{6,7}. Está adiantado o projecto de transição para a implementação de uma plataforma baseada na Internet para submissão e revisão de manuscritos e elaboração dos números da revista mas, será essa a solução do problema? Cremos que não. Não adianta usar uma plataforma mais célere e menos propensa a erros humanos para a circulação de documentos se a qualidade dos manuscritos e das revisões científicas continuar a não satisfazer os requisitos exigidos, se o tempo de resposta de muitos revisores for inaceitável (quer pela sua falta de disponibilidade quer pela absoluta ausência de revisores para algumas áreas) e enquanto a atitude de muitos autores perante as sugestões enviadas pelos editores e os revisores denotar falta de humildade, rigor e postura científica.

Quais são então as possibilidades para a viabilidade condigna da APP? Cabe à Direcção Editorial da APP fazer propostas, à Pediatria portuguesa debatê-las e à Direcção da SPP tomar decisões.

A primeira hipótese seria manter a APP praticamente como está, mudando a periodicidade de bimestral para trimestral, de modo a tentar publicar números com um conteúdo mais rico e atractivo, embora destinado apenas a “consumo nacional”, e aguardar que a qualidade científica da Pediatria portuguesa vá melhorando. A APP persistiria numa atitude editorial pedagó-

gica, investindo na formação, quer quanto ao desenho de estudos quer na escrita científica. É uma atitude optimista (e pouco fundamentada), que pressupõe esforço e dedicação dos membros da redacção da APP não compatível com a sua condição de editores a tempo parcial (em voluntariado pós-laboral).

A segunda hipótese seria aceitar a menoridade científica actual, enquadrada na generalidade da produção científica portuguesa destinada à publicação em revistas médicas nacionais. É sabido que a produção de maior qualidade é direccionada, e bem, para as revistas internacionais indexadas. Com este fundamento, poderia adoptar-se a estratégia seguida pelos órgãos oficiais doutras sociedades pediátricas europeias: transformar a APP num órgão de divulgação das actividades da SPP e instrumento de formação clínica de Pediatras e outros médicos que tratam crianças. Foi este, por exemplo, o modelo seguido com êxito para o órgão da Sociedade de Pediatria da Suíça (SSP-SGP)⁸ e para o órgão conjunto das sociedades de pediatria da Alemanha (DGKJ) e da Áustria (ÖGKJ)⁹, cujas direcções reconheceram a incapacidade de competir com outras revistas científicas. Esta opção exigiria um envolvimento activo das Secções da SPP e das Sociedades que lhe são próximas, de modo a fornecerem à revista material de actualização destinado aos leitores. Um primeiro passo já foi dado pela Direcção da SPP ao criar com sucesso o programa de cursos semestrais de formação clínica para internos de pediatria, em colaboração com as Secções. Um esforço editorial sinérgico da SPP e APP, na produção de material científico, seria mais dividido e com maior garantia da qualidade dos conteúdos. De notar que no modelo austro-alemão não é vedada a submissão independente de manuscritos originais, apenas deixou de ser esta a principal fonte de suporte da revista, que publica essencialmente números temáticos.

A terceira hipótese, talvez mais difícil de aceitar, por questões de tradição institucional e de orgulho nacional, seria a de negociar, como outras publicações europeias têm feito ao longo dos últimos 30 anos, a fusão do conteúdo científico da APP com outra publicação europeia ou brasileira, abdicando a SPP de ter (durante um tempo indeterminado) uma publicação própria de âmbito nacional para divulgação de material científico pediátrico. O suporte electrónico do sítio da SPP na Internet seria o meio de divulgação da sua actividade e para a troca pública de opiniões (o qual já está a ser feito com bastante êxito). Esta opção traria poupança de recursos e benefícios para os autores, que usufruiriam de uma plataforma de divulgação dos seus manuscritos não apenas mais ampla e

reconhecida internacionalmente mas também com maior garantia de celeridade e rigor científico editorial, estímulo e desafio para a melhoria da qualidade dos manuscritos.

Estas duas últimas hipóteses não se excluem, podendo simultaneamente negociar-se a fusão do conteúdo científico da APP com outra publicação internacional e manter a sua existência como veículo de informação e formação dos leitores em suporte digital ou em papel.

Cada membro da Direcção da APP tem ideias claras e fundamentadas acerca da produção científica pediátrica portuguesa destinada à publicação nacional e do que poderia ser feito para melhorar a situação actual da revista. No entanto, como grupo, estão unanimemente conscientes de que o seu mandato é de garantir a melhor gestão possível da revista. Decisões de refundação ou reformulação profunda da missão da APP devem ser tomadas após ouvir as opiniões daqueles a quem de facto pertence a APP: Pediatras, autores de manuscritos, leitores e Direcções da SPP, das suas Secções e Sociedades, assim como das Sociedades que lhe são próximas.

Referências

1. Videira-Amaral JM. Rumo à indexação (Editorial). *Acta Pediatr Port* 2007;38:V.
2. Videira-Amaral JM. A Acta Pediátrica Portuguesa numa encruzilhada (Editorial). *Acta Pediatr Port* 2008;39:XXXIII.
3. Virella D. Editorial. *Acta Pediatr Port* 2008;39:LXIX.
4. Pereira-da-Silva L, Afonso S, Marques A. Actividade científica e de investigação num hospital central: análise retrospectiva de dez anos. *Acta Med Port* 2004;17:304-16.
5. Oliveira G. Investigação em Pediatria *quo vadis* (Nota Editorial). *Acta Pediatr Port* 2009;40:XXXIX.
6. Virella D, Pereira-da-Silva L. Actividade Editorial da Acta Pediátrica Portuguesa no biénio 2005-2006. *Acta Pediatr Port* 2007;38:1-6.
7. Virella D. A Acta Pediátrica Portuguesa acelera o processo de publicação simplificando o circuito editorial dos manuscritos (Editorial). *Acta Pediatr Port* 2008;39:I.
8. www.swiss-paediatrics.org/fr/paediatrica
9. www.MonatsschriftKinderheilkunde.de